



Apresentação

Atauan Soares de Queiroz¹

Clayton da Silva Barcelos²

Juliana de Freitas Dias³

Práticas e discursos capitalistas moderno-coloniais agem insidiosamente no campo da Educação e ecoam em leis e normativos jurídicos, políticas e projetos educacionais, práticas curriculares e pedagógicas, processos avaliativos e materiais didáticos. A mercantilização do ensino apregoa que o desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas é suficiente para formar pessoas, não mais cidadãos e éticas, mas empreendedoras. Como efeito das políticas neoliberais, a formação se esvazia ao desconsiderar as diferentes dimensões humanas. Esse projeto moderno-colonial, acentuado pela agenda neoliberal, agora repressiva e fascista, (re)produz opressão e precarização da vida, repercutindo nas dinâmicas e estruturas das universidades e escolas ocidentalizadas.

Com base nesse cenário, lançamos as seguintes provocações: Como resistir à lógica neoliberal da precarização da formação e da existência? Como pensar processos

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Oeste da Bahia (PPGCHS/UFOB). Docente do Instituto Federal da Bahia (IFBA). E-mail: atauan@ifba.edu.br.

² Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Oeste da Bahia (PPGCHS/UFOB). E-mail: clayton.barcelos@ufob.edu.br.

³ Professora do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília (PPGL/UnB). E-mail: ju.freitas.d@gmail.com.

educativos insurgentes e transformadores na educação básica e no ensino superior? Como decolonizar o ensino, a pesquisa e a extensão? Como decolonizar saberes, relações sociais e processos de subjetivação no campo educacional? Como produzir pesquisa decolonial em educação, comprometida com a realidade do Sul Global? Como a educação pode contribuir para a redução das desigualdades sociais e promover justiça cognitiva?

Partindo de tais questionamentos, este dossiê, intitulado *Educação, Decolonialidade e Justiça Social* e coordenado pelos professores Dr. Atauan Soares de Queiroz (IFBA/UFOB) e Dr. Clayton da Silva Barcelos (UFOB) e pela professora Dra. Juliana de Freitas Dias (UnB), reúne trabalhos que colocam em cena o debate sobre decolonialidade e educação, em todos os níveis de ensino. Os dezessete trabalhos deste dossiê são frutos de pesquisas decoloniais inter/trans/multidisciplinares que buscam justiça epistêmica e social, por meio da produção e circulação de saberes, experiências, existências, narrativas, memórias e vozes de grupos subalternizados. Justiça social é entendida aqui, conforme bell hooks (2021), a partir de uma ética amorosa, contra qualquer forma de segregação, marginalização e opressão. Justiça social que compreende a ética do amor como componente central de todas as esferas da vida.

Neste dossiê, o/a leitor/a encontrará reflexões insurgentes sobre questões relacionadas à Educação, decolonialidade e justiça social que estão em profunda discussão no Brasil e no mundo, sobretudo no Sul Global. A obra se apresenta como um intercâmbio de diálogos, propostas e experiências interculturais, decoloniais e antirracistas, de ruptura com a colonialidade, abraçando vozes subalternizadas, oprimidas e esfarrapadas do Sul Global, e trazendo reflexões ontológicas, epistemológicas, metodológicas, filosóficas, teóricas e conceituais sobre práticas de (micro)resistências na Educação, sem perder de vista as articulações com as esferas macropolíticas.

O artigo que inaugura o dossiê, intitulado *Pedagogias Locais, Espiritualidades e Resistências: práticas decoloniais e poéticas esperançadoras*, é da autoria de Maria Cecília Garcez Leme e José Mario Méndez Méndez. O trabalho arrola vozes de alguns coletivos em situação de resistência, assim como da resistência expressa através da poesia centro-americana, na literatura, na música, nas narrativas locais e na religiosidade popular. Em ambos os casos, a resistência é fonte de esperança, constrói processos sociais

transformadores, favorece práticas pedagógicas locais-contextuais e se nutre de espiritualidades libertadoras. O artigo conclui que os vínculos profundos são a alternativa para fraturar a colonialidade do ser, do saber e do poder. Os grupos e movimentos em situação de resistência fazem sua parte quando interpelam a universidade para que revise suas práticas educativas e científicas.

Em *Contribuições da interculturalidade crítica para a educação e a justiça social: repensando o currículo e a formação docente*, as autoras Ana Paula Souza dos Anjos e Marilde Queiroz Guedes abordam as desigualdades sociais e educacionais e as discriminações étnico-raciais no Brasil. As pesquisadoras propõem analisar epistemologicamente as possíveis contribuições da interculturalidade crítica para o currículo e a formação docente. No tocante ao desenvolvimento de novas bases teóricas para a educação, a interculturalidade crítica se apresenta como um paradigma em potencial para repensar o currículo, a formação docente e uma outra consciência sobre as relações étnico-raciais. O acesso às práticas educacionais inclusivas, crítico-reflexivas, humanizadas e para autonomia, tem-se tornado um dos caminhos mais promissores na luta e na construção de alternativas que viabilizem a justiça social e a garantia das minorias de acesso a conhecimentos que corroboram para reivindicação dos direitos.

No trabalho *Lei 11.645/08 e os movimentos indígenas: trajetórias de luta pela inclusão do ensino de História e Cultura indígena nos currículos das escolas brasileiras*, da autoria de Kátia Luzia Soares Oliveira e Susane Rodrigues de Oliveira, pretende-se elucidar parte da trajetória de lutas e reivindicações dos movimentos indígenas que contribuíram na conquista da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena nas escolas brasileiras, com a Lei 11.645/08. Nessa perspectiva, com base no diálogo com autores indígenas como Gersem Baniwa, Casé Angatu, Edson Kaiapó, Daniel Munduruku e outros não-indígenas, o artigo aborda os significados políticos e sociais dessa Lei para os povos indígenas e a sociedade brasileira, bem como a importância do protagonismo dos povos indígenas na história da educação no Brasil, tendo em vista o fortalecimento de suas identidades, direitos e lutas por uma escola não colonizadora no tempo presente.

O autor Neilton dos Reis Goularth, em *e se a universidade fosse nossa? pertencimento, piscina, puteiro, perfis de instagram... e outras coisas com “p”*, apresenta

um exercício crítico e criativo de experimentação autobiográfica acerca da Educação e sua relação com o pertencimento e o corpo. Para pensar a questão do pertencimento, estabelece diálogo insurgente e interessante com bell hooks, Glória Anzaldúa, Pedra Homem e Jota Mombaça. Como disparador, utiliza registros feitos por estudantes da Educação Básica no âmbito de um projeto de extensão em uma Universidade pública no estado da Bahia. A partir de tudo isso, compõe uma narrativa autobiográfica que nos ajuda a sentir e pensar como a Educação na Universidade, motivada pela Ciência Moderna, tem separado corpo e mente, reservando um lugar de esquecimento, ou sumiço, ao primeiro. Ao longo do texto, propõe uma perspectiva ética para a produção científica: a escrita com/sobre/a partir do corpo para podermos educar e pertencer.

O artigo *Presença indígena na Universidade de Brasília: desafios da permanência*, da autoria de Nubiã Tupinambá, investiga os processos sociais e discursivos da presença de estudantes indígenas na Universidade de Brasília (UnB), a partir do olhar autoetnográfico. As análises e reflexões da autora ancoram-se nos Estudos Críticos do Discurso, em diálogo com os estudos sobre decolonialidade, associados ao pensamento crítico da educação como prática de libertação. O trabalho debate questões identitárias e de agenciamentos no âmbito do discurso; e abraça posturas reflexivas e decoloniais, no propósito de ter o alicerce na construção do diálogo, da interação, da troca de saberes e da resistência para existência do ser diferenciado. Como resultados, destaca movimentos de transformação discursiva e social, nas práticas reflexivas e acionais dentro da UnB, evidenciando as vivências pessoais na universidade como ponto de partida para discussões sociais mais amplas e que ancoram proposições sobre modos de ser e de novas formas de poder para apoiar políticas de permanência dos povos originários na academia.

No trabalho *"Barreiras veia": identidade cultural do "eu-barreirense" na obra Aluados e Ensolarados*, Daiane de Mora Rodrigues e Leandro Soares da Silva analisam a construção identitária cultural do "eu-barreirense", na cidade de Barreiras, Oeste da Bahia, a partir da obra *Aluados e Ensolarados*, de Clerbet Luiz. Publicada pela primeira vez em 2018, a obra em tela aborda narrativas em prosa poética que refletem e ressignificam a cidade em contínua transformação. Ao resgatar memórias que interagem com a sensibilidade do povo, as micronarrativas poéticas do livro colaboram para a formação identitária deste

território. O trabalho conclui que os estudos sobre as memórias coletivas de representação cultural nas cidades do interior necessitam de uma valorização acadêmica que protagonize ativamente sua própria história.

No artigo *Por uma formação menor: devires-decoloniais*, o autor Igor Alexandre de Carvalho Santos discute a necessidade de uma formação educacional que vá além do paradigma eurocêntrico, colonialista e capitalocêntrico, buscando inspiração em linhas de pensamento potentes que não reproduzam modelos etnocêntricos. O artigo adota uma abordagem teórico-conceitual, utilizando o princípio rizomático da heterogênesse para explorar a conexão entre literatura, filosofia e educação. Tal dispositivo metodológico não sobrepõe áreas de conhecimento, nem privilegia pesquisas de campo sobre pesquisas teóricas, reconhecendo a interação entre teoria e prática. Em vez de hierarquizar pares opostos, como teoria e prática, busca-se uma abordagem sinérgica que permita uma compreensão mais imanente e horizontal e re(ex)sistências no campo da educação especialmente no que tange aos processos formativos.

Em *Ampliando frestas e possibilidades na formação continuada em Psicologia*, as autoras Camilla Silva, Diana Ribeiro e Domitila Gonzaga debatem criticamente os efeitos da construção da prática hegemônica em Psicologia. O objetivo do artigo é apresentar o trabalho grupal e autoral, intitulado *Intervisões Clínicas: Afeto & Política*, e construído através de lentes decoloniais e interseccionais que vêm sendo desenvolvido com psicoterapeutas, tendo a política e o afeto como sensibilizadores principais para a construção da prática profissional. O referido projeto é uma iniciativa autoral da Coletiva Olhares, que tem como interesse, a partir de encontros grupais com psicoterapeutas, refletir sobre a prática a partir de olhares interseccionais e decoloniais. Nos encontros do projeto, as participantes refletem sobre seus próprios lugares no mundo, sua escuta e suas intervenções de forma horizontalizada e crítica.

O autor Fernando da Silva Pardo, no trabalho *Uma abordagem decolonial no ensino de inglês como língua franca: problematizações e implicações*, debate o lugar sociocultural do inglês como Língua Franca, refletindo sobre as ideologias de uma suposta superioridade do falante nativo, bem como o conceito de Estado-nação e as inter-relações entre língua, território e cultura. O autor sublinha que o pensamento decolonial tem sido

amplamente discutido em diversas áreas acadêmicas, incluindo a Linguística Aplicada e o ensino e aprendizagem de língua inglesa. Na esteira de Souza e Duboc (2021), o autor argumenta em favor de uma práxis decolonial mais performativa, a fim de se identificar, interrogar e interromper a colonialidade em diferentes esferas das relações sociais contemporâneas, inclusive no ensino e aprendizagem de línguas. Nesse sentido, o artigo reflete sobre o papel do Inglês como Língua Franca (ILF) na formação de professores como um conceito-chave para promover uma abordagem decolonial no ensino da língua inglesa a partir do Sul Global.

Em Alteridades questionantes sobre as problemáticas da educação física escolar no Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em rede nacional (PROEF): atos de currículo decolonial no polo Muzambinho do Ifsuldeminas, a autora Samara Moura Barreto e o autor Daniel Teixeira Maldonado abordam a experiência político-pedagógica da constituição de atos de currículo do curso de Mestrado Profissional em Educação Física do polo IFSULDEMINAS, campus Muzambinho, no que tange à disciplina de Problemáticas da Educação Física Escolar. No trabalho, são apresentadas as seguintes reflexões/seções: alteridades questionantes que emergem essa escrita; as trajetórias instituintes para a disciplina de Problemáticas da Educação Física Escolar no PROEF (Polo Muzambinho); inventário bibliográfico e as dimensões da didática em evidência de colonização da racionalidade técnica-instrumental; a (in)visibilidade do pensamento decolonial nas dissertações do PROEF e a afirmação de um eixo integrador temático em transgressão epistêmica; e para finalizar: por uma produção científica na Educação Física Escolar crítica, transgressora e decolonial.

No trabalho *Notório saber: a emergência epistêmica popular e a inclusão de saberes tradicionais nas instituições públicas de ensino superior*, os autores Ricardo Nascimento e Raimundo Aterlane Pereira Martins destacam que, nos últimos anos, a inclusão epistêmica dos conhecimentos tradicionais populares nos sistemas de ensino, em particular nas universidades públicas, por meio de um dispositivo legal conhecido como Notório Saber, tem-se tornado um debate importante e necessário. Nascimento aponta que, no intervalo de duas décadas, surgiram, em nossas instituições públicas de ensino superior (IPESs), várias resoluções que implementaram o notório saber, realizando um

movimento que oscila entre o reconhecimento e a inclusão dos conhecimentos tradicionais populares. No artigo, o autor discute as circunstâncias sociais e políticas da Emergência Epistêmica Popular, como movimento que origina e impulsiona as universidades a incluírem os saberes tradicionais, bem como a pertinência e a adequação das resoluções das IPESs a partir da confluência de saberes tradicionais e acadêmicos. O artigo delimita com precisão o que é o notório saber, dando conta dos limites e das potencialidades de algumas de suas experiências de implantação.

Em *A escrevivência como um processo de libertação e de reescrita da vida*, as autoras Maria Luísa Cardoso de Sousa Neiva e Juliana de Freitas Dias partilham reflexões críticas sobre a construção da escrevivência como um ato de resistência e como um gesto libertador e revolucionário de escrita, que versa sobre as minorias e para as minorias, focalizando o protagonismo das mulheres pretas, para as suas histórias e conquistas. O objetivo central do trabalho é analisar a perspectiva etnográfica crítica de uma das obras de Conceição Evaristo, o livro de contos *Insubmissas lágrimas de mulheres*. As autoras analisam a composição textual de dois contos desse livro que narra histórias de vida de mulheres pretas brasileiras. Trata-se de um artigo ensaístico, com nuance autobiográfica (focalizada na narrativa de vida da primeira autora), cuja ação discursiva se sintoniza com a educação linguística e literária crítica, por meio de processos de leitura e de escrita baseados em uma autoria decolonial, como a posta em prática por Conceição em sua escrevivência. As reflexões foram feitas com base em teorias sociodiscursivas e teorias decoloniais relacionadas ao feminismo negro, à luta antirracista e contra a lesbofobia.

Finalmente, o trabalho *Pensamento educativo decolonial e perspectivas outras para o currículo e para formação universitária*, da autoria de Camila de Souza Figueiredo e Mary Valda Souza Sales, reexamina a história de Abya Yala, visando à revisão do pensamento educativo que permeia o currículo. O texto tem por objetivo o resgate de pensamentos de povos originários e subalternizados com vistas à elaboração de um currículo decolonial. Para tanto, são discutidos os conceitos de modernidade e pós-modernidade a partir da crítica ao pensamento eurocentrado. Além disso, o artigo explora a relação entre capitalismo, colonialidade e educação, indagando sobre o papel das instituições formadoras e docentes na proposição de currículos decoloniais. Por fim, na conclusão,

ressalta a importância de contemplar os anseios das pessoas estudantes na proposição dos currículos no contexto universitário, relativizando o conhecimento eurocêntrico e considerando outras formas de pensar, aprender e ser.

Como toda obra coletiva, este trabalho não teria sido possível sem o esforço de muitas pessoas: pessoas parceiras que divulgaram amplamente a chamada nas redes sociais; pessoas autoras que, gentilmente, enviaram seus textos originais, em sua versão em português, espanhol ou inglês; pessoas editoras da revista Sul-Sul, prof. Dr. Carlos Henrique de Lucas e profa. Dra. Terezinha Oliveira Santos, que nos auxiliaram na organização deste dossiê; e, por último, a Universidade Federal do Oeste da Bahia, pelo espaço institucional e pela manutenção da própria revista.